



HUMANOS E OUTROS QUE HUMANOS EM PAISAGENS MULTIESPECÍFICAS

Felipe Vander Velden (UFSCar-
felipevelden@yahoo.com.br)

Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA-
flabreu@ufpa.br)

É com grande satisfação que entregamos aos leitores e às leitoras este novo número da Revista Ñanduty dedicado às relações entre humanos e não humanos no mundo contemporâneo, constituído a partir de diferentes perspectivas, abordagens e inserções etnográficas, visando acessar as formas interacionais multiespécies conformadoras de paisagens diversas e, por isso mesmo, envolvendo contextos de socialidades mais ou menos tensionais. Neste sentido, acreditamos oferecer ao público especializado um conjunto de artigos que apontam para questões importantes no momento atual da produção do campo antropológico das relações humanos-não humanos/humanimais, ou como se queira chamar esta virada que a antropologia brasileira experimenta com grande vigor.

Avanços teóricos recentes na antropologia e em outras disciplinas (como a ecologia, a histórica, a geografia, a arqueologia) vêm, como se sabe, cada vez mais recusando a centralidade e o protagonismo de seres humanos na produção de paisagens ou contextos socioambientais. Desta forma, esses saberes têm contribuído para (re)pensarmos o lugar dos não-humanos na produção de mundos compartilhados conosco, ou mesmo a partir de suas interações interespécies (ou seja, alheias à presença humana) que, de um modo ou de outro, nos alcançam *na/para a* constituição de paisagens multiespecíficas. A partir da crítica do antropocentrismo embutido no próprio conceito corrente de Antropoceno, vários trabalhos insistem mais e mais na ideia de mundos co-constituídos por seres humanos e outros-que-humanos em miríades de relações possíveis e cenários de caráter artefactual – frutos de intenções e projetos ou formas/modos de vida. Assim, se a “sociedade” é produto das ações e relações entre humanos e não-humanos, por certo, a “natureza” também o é. Pode-se notar que a oposição clássica e forte entre uma e outra sofre outro duríssimo golpe – o que reconfigura certas posições em jogo, bem como os campos disciplinares quando buscamos compreender os fenômenos pluridiversos que emergem nesses processos. Este dossiê reúne artigos baseados em



etnografias e/ou discussões bibliográficas que se debruçam sobre a constituição multiespecífica, relacional ou mútua de paisagens, contextos, espaços ou cenários, e que contribuem para o avanço de nossa compreensão etnográfica das complexidades presentes nas interações entre o que denominamos, por comodidade, a natureza e a sociedade/cultura.

Os artigos em questão indicam as complexidades do campo das relações humanos-animais, mais especificamente; e, parece-nos, indicam alguns caminhos pelos quais as reflexões sobre o tema assumem entre nós, assim como entre nossos colegas latino-americanos, dada a quantidade de coletâneas, dossiês e revistas especializadas que surgem e consolidam o referido campo, demonstrando que atingimos certo patamar na produção intelectual, quiçá, certa maturidade quanto as maneiras de pensar o tema à brasileira (e latino-americana). Tudo indica que já se faz necessário realizarmos um balanço crítico sobre a produção brasileira e latino-americana sobre o tema, dado o significativo volume de material elaborado pela nossa comunidade interpretativa/reflexiva acerca dos animais e outros seres não humanos e suas interações conosco, e este número da Ñanduty acrescenta elementos ao debate e referenda a necessidade de tal balanço.

Destacamos, ainda, que a produção latino-americana, na qual o Brasil se insere, demonstra que a temática entre nós começa a assumir caminhos mais autônomos, por assim dizer, na medida em que a qualidade dos trabalhos e suas abordagens inovadoras, ao se apoiarem em produções de matriz francesa e/ou inglesa sabem “antropofagizá-las” sem serem meras *mimesis* – e o tempo mostrará que as cópias e arremedos não se sustentarão diante de uma produção genuinamente autônoma –, construindo formas de reflexão, ou epistemologias descentradas, cujas densidades revelam que o tema se consolidou mediante um olhar sul-americano, e precisa ser considerado como um dos pontos fortes de nossa produção antropológica contemporânea. Da mesma forma, os estudos recentes demonstram que a relevância do tema entre nós – e sua intensa produção – coloca-nos como um *locus* de elaboração sobre a temática vinculada às especificidades antropológicas e aos dilemas socioambientais do Hemisfério Sul, ao nosso país em especial, mas certamente em consonância crítica com a produção mundial.

Os estudos aqui apresentados desenham um panorama amplo e bastante plural acerca das formas de associações complexas entre humanos e animais (assim como outros seres vivos), tanto no mundo urbano contemporâneo quanto nas chamadas zonas rurais. Ou ainda, em certos casos consideram as dinâmicas de um *continuum* tensional entre ambos, onde humanos fazem



paisagens com não humanos constituindo paisagens mais-do-que-humanas plurais, que revelam a heterogeneidade multiespecífica dada nas complexas relações interespécies que as constituem – porque nelas têm assento e desdobramentos vários. Assim sendo, deslocam definitivamente a noção de que uma paisagem é produzida ora apenas por seres humanos – cidades, plantações, estruturas arquitetônicas, produtos da *cultura* ou da *sociedade* – ora tão somente por seres outros-que-humanos – florestas, pântanos, corpos d’água, e tudo aquilo que se convencionou denominar de *natural*. Paisagens são artefatos multispecíficos, construtos das agências, intenções e projetos de uma miríade de entes humanos e não humanos em profunda interação e constituição mútua¹.

Ora, em contextos de associações interespécies plurais e configuradores de paisagens altamente complexas, como as que são descritas e trabalhadas pelos autores, onde as interações mais-do-que-humanas ou outras-que-humanas apontam para a interseccionalidade de situações (implicando associações mais ou menos conflitivas) entre atores humanos e outros-que-humanos na construção de possíveis agenciamentos coletivos multiespécies, temos as complexificações das formas sociais contemporâneas nas quais as alteridades em jogo, se encompassam o humano, também o ultrapassam nos ritmos da vida vivida. Isso, especialmente, ao considerarmos as ecologias diversas presentes nos nossos ambientes técnicos de caráter simbólico-práticos que, mediante nossos gestos, assumem feições paisageiras diversas – em parte porque os compartilhamos *com* outros-que-humanos distintos, com biologias e biografias diversas.

Por outro lado, se o que afirmamos acima são possibilidades entre tantas, é preciso dizer que as paisagens multiespecíficas têm dimensões bastante variadas, e sua amplitude e seu esgarçamento indicam as enormes variâncias quanto ao fato de estarmos com os outros em relação, e que tais dimensões oscilam desde nichos de interações múltiplos que iriam de uma dimensão planetária, passando pelo país até a ecossistêmica de um corpo humano, a sua dança simbiótica e sinérgica celular (Margulis 1999; Lovelock 2011; Haraway 2008) – dimensões paisageiras que variariam do macro ao micro e vice-versa. Além disso, no *corpus* deste conjunto de artigos, tais paisagens reverberam tanto em um centro de hipoterapia, um micro-sítio localizado onde humanos e cavalos e outros seres e artefatos se associam para a manutenção da

¹ Esta reflexão que apresentamos reflete aspectos da nossa perspectiva acerca do tema, e elementos dela aparecem em artigos como Silveira, 2016, ou Vander Velden, 2016), mas ecoa igualmente em diferentes autores e autoras, tais como Balée (2013), Descola (2010. 2011), Ingold (2000), Tsing (2015), entre muitos outros e muitas outras.



vida e seu bem-estar, até o cosmos inteiro de um povo indígena e suas dimensões sensíveis de interações (e intrações, como sugere Barad 2007) no qual as potências humanas, não-humanas e sobre-humanas conformam feições imaginárias mais-do-que humanas para o mundo; o porto de Santos como um espaço tensional de gestão do vivo no mundo capitalista, uma *kura* (pedra) Mapuche, um quintal quilombola, uma praia no Recife, enfim, uma série heterogênea de manifestações da vida em sociação e co-constituição permanente. Trata-se, assim, de pensarmos as paisagens não como “palcos” ou “cenários”, mas como entes que são justo as formas em devir configuradas tensionalmente pelos partícipes ativos de todos os seres que, juntos, constituem rítmica e mutuamente o mundo, por onde se movimentam e vibram como possibilidades de coexistências (Silveira 2020). Neste sentido, paisagens multispecíficas é sobre não ser, não viver e não se produzir sozinho.

Além do mais, as paisagens multiespécies e suas sutis relações com o Antropoceno, transfigurado nas suas feições de Capitaloceno, para o bem e para o mal, revelam níveis de complexidades que apontam para inúmeros problemas contemporâneos – epistemológicos, ontológicos e, mesmo, escatológicos – para a continuidade da vida planetária. Portanto, tais relações cosmopolíticas e, por isso mesmo, coexistenciais, conduziram a atenção aos não-humanos levando a sua descoberta onde não se imaginava que constituíam paisagens, e muito menos paisagens conosco, nem sequer que ambiências (tais como cidades, portos, esgotos, o corpo humano, entre outros), considerando-se as dimensões heteróclitas do vivo que oscilam do micro ao macrocosmos, e pululam nas redes híbridas de caráter simbólico-ecossistêmico a partir de ecologias plurais. A biodiversidade se pluraliza, no sentido de ocupação de novos nichos, mesmo que outros venham sendo devastados², e este paradoxo é fruto de nosso tempo de crise diante das catástrofes e das tomadas de decisões, de genocídios movidos por indiferenças à vida e de novas possibilidades coexistenciais, de rupturas e reconciliações, de manutenção de homeostases possíveis e de formas de gestão do vivo, incluindo o humano, no

² Aqui, temos claro que a extinção de espécies mediante a eliminação dos ecossistemas é um fato no Capitaloceno; no entanto, quando pensamos nas cidades, percebemos que elas têm se constituído em espaços de coexistência entre humanos e animais/plantas silvestres que co-constituem/constroem nichos ecológicos (Fuentes 2010) nos ecossistemas urbanos/nas paisagens urbanas, híbridos de matéria viva e não-viva, de maneira a coproduzirem formas bioculturais complexas que seriam as nossas áreas urbanas, mais ou menos verdes; os cursos hídricos que as atravessam, e cujo saneamento pode ser duvidoso, entre outras dimensões da “vida” de nossas cidades brasileiras, por exemplo. Neste sentido, a pressão sobre os ecossistemas do entorno das cidades deslocam os animais para o urbano, mas não apenas isso, pois mediante a via co-criativa da sinurbização (Luniak 2004) emergem processos evolutivos que demonstram que espécies animais e vegetais mais generalistas se adaptam aos construtos humanos e obtêm vantagens significativas para as suas existências, compondo paisagens conosco no mundo urbano.



sentido de repensarmos o seu lugar neste processo em andamento – e que claramente se aguçam em tempos pandêmicos. A vida multiespécie prolifera apesar dos dilemas contemporâneos em torno de seu possível fim.

Quais seriam os efeitos políticos das paisagens multiespecíficas, ou pelo menos, de uma tomada de consciência de sua presença mais ou menos conspícua por parte de coletivos humanos, por sociedades inseridas num sistema-mundo em expansão no Capitaloceno? Quais as implicações para a vida-mais-do-que-humana nas metrópoles contemporâneas? Como a sua presença afetaria as nossas formas de viver e praticar o mundo fazendo paisagens com alteridades não-humanas vivas ou não?

A cosmopolítica, tudo indica, é necessária contra todas as formas de monoculturas empobrecedoras da vida em sua pluralidade – as dimensões sócio e biodiversas entendidas como indissociáveis –, como um caminho profícuo e crítico para a transformação das monoculturas da mente³ (Shiva 2003), a fim de nos conduzirem a uma posição não biocida e, talvez, de reencantamento do/com o mundo não como mera representação de uma ecologia, mas como engajamento neste mesmo mundo entendido enquanto expressões de devires e formas de relação *com* e *para* o outro na configuração de paisagens coexistentiais que cultivem as diferenças como valores da vida, e não como assimetrias e/ou meras matérias-primas para a produção de bens de consumo. Neste sentido, o agronegócio, antes de ser um movimento contra a vida para a produção de *commodities* – o que parece um contrassenso quando se pensa em cuidado com seres vivos para a produção de alimentos –, deveria ser um movimento pró-vida e pela vida, como referência à qualidade ambiental e à saúde humana, ou ainda, da qualidade da vida como sinônimo de saúde socioambiental.

A monocultura e a pecuária extensivas voltadas à exportação de *commodities*, são altamente transformadoras dos ambientes biossociais e suas feições paisageiras locais, quando não francamente ecocidas – se pensamos na conformação do agronegócio na Amazônia contemporânea, ou no que representa(ra)m para regiões do sul do país – já que investem na simplificação/aniquilamentos dos ecossistemas megadiversos e na expulsão dos coletivos humanos que habitam tais áreas desde longa data, neste caso, pela via da ocupação ilegal de terras por intermédio de grilagens e expropriações, quando não mediante escravagismos de diferentes modalidades. Elas, enquanto processos e produtos da tecnociência moderna, tendem

³ E, aqui, a própria *mente* talvez possa ser pensada como uma paisagem multispecífica.



a apagar a sociobiodiversidade como registro de diferenças coligadas no mundo mais-do-que-humano pela exacerbação do uso de agrotóxicos e de transgênicos e pela industrialização na produção da carne às custas do pasto oriundo do desmatamento, da negação de ecologias cujas ecossistêmicas, ao misturarem matéria viva e símbolos, dinamizam as formas bioculturais que entrelaçam seres e lugares no espaçotempo. Ou melhor, que produzem lugares de pertença mais-do-que-humanos e cujas auras animam paisagens praticadas, revelando suas dimensões sensíveis de coexistência de conteúdos e formas locais. Portanto, perde-se a singularidade diversa do contexto por intermédio de um reducionismo do cosmos ao valor de bens de consumo na esfera abstrato-capitalista do deus mercado – a devoração do mundo pelos investidores e/ou dos consumistas até certo ponto alienados à finitude planetária, movidos pela figuração hiper-individualista no Capitaloceno como achatamento do mundo aos desejos humanos, ao antropocentrismo mesquinho.

Nestes termos, falar em outros-que-humanos como De la Cadena (2015) é realmente melhor do que em não-humanos, como aparece na sua crítica à Latour, a quem imputa antropocentrismo? As formas como chamamos esses outros, sejam elas quais forem, não estão destituídas de uma visada antropocêntrica ou de um lugar arbitrário humano, na medida que sempre é o humano que significa o outro, lhe atribui alteridade e estipula graus, níveis ou seja lá o que for de humanidade, ou nem isso, neste jogo relacional conflitivo.

Parece-nos que o outro-que-humano, por via diversa, também não se apresenta como menos antropocêntrico, na medida em que preserva o “humano” no termo, e certa distância, além de agrupar todo o resto da criação por oposição. Seria necessário refletirmos melhor e detidamente sobre qual o lugar do humano nisto tudo e, de certa forma, na impossibilidade de nos deslocarmos desse jogo sem com isto cairmos em certo engodo que vê no humano apenas a negação do *Outro*, ou a superioridade sobre ele. De que humanos falamos? De que posição nos situamos no sistema complexo de manifestações da vida? Haverá *uma* posição apenas, ou talvez devêssemos recusar a distinção, já que outros-que-humanos seríamos todos nós? Não é justo de nosso sistema de classificações, nossa capacidade reflexiva de lidar consigo e com a alteridade nas tensões ontológicas, que nossas percepções e sensibilidades vislumbram o mundo-na-diversidade? É possível escapar disso, ou é disso que se trata ser antropocêntrico? O biocentrismo não seria uma forma antropocêntrica de dizer isto de maneira *soft*? Temos muitos dilemas aí, mas somos antropólogos e, talvez por isso, temos o humano *par default*, o que não



nos parece um tema fácil de resolver mas uma condição *sine qua non* de lidarmos com os próprios conflitos de ser humano no mundo *com* os outros.

As questão das zoonoses, doenças e epidemias/pandemias no contexto atual, por exemplo, tem forte relação com as maneiras pouco prudentes como avançamos sobre os ambientes ditos naturais/selváticos, degradando-os e colocando os existentes não-humanos, especialmente a fauna silvestre, em situação de risco sanitário (e de extinção), principalmente pela depauperação de sua qualidade de vida em termos de saúde ambiental diante da devastação impetrada e, conseqüentemente, pela sua aproximação forçada conosco (pela caça, sua manutenção insalubre em mercados, pelo consumo indiscriminado da matéria viva, pelo convívio forçado e ilegal como pets, entre outros) – desconsiderando sua historicidade de caráter evolutivo e ontológico na configuração ecossistêmica, não raro, de alto teor biodiverso.

A circulação virótica entre nós – pela via do contato indiscriminado sobre as formas vivas – e as conseqüências deletérias à saúde das populações humanas em diferentes partes do planeta, não teria relação direta com a natureza *stritu senso*, mas sim com dimensões da cultura, ou ainda, das formas pelas quais as culturas da expropriação em relação à chamada natureza redundam nas próprias ações de seus microexistentes no âmbito de uma ecologia perversa (ou reversa), que une tensionalmente degradação socioambiental, uma antiética animal à sociedade de consumo pouco afeita ao diverso de si. Nesse sentido, as invasões humanas sobre a vida selvagem não se diferenciam das, mas espelham as, investidas sobre a vida doméstica – nas criações industriais, nos mega-empreendimentos de produção de carne, nas fábricas de filhotes, nos centros de inseminação artificial, nas exóticas e paradoxais criações em larga escala de animais silvestres –, e esta, igualmente, parece responder como microorganismos desconhecidos e virulentos patógenos emergentes (Sordi; Lewgoy 2013; Wallace 2020). O irônico, nos parece, é que os ataques contra a vida são respondidos por esta com a vida ela mesma, como seres até então ignorados, mutações inauditas, combinações insuspeitas. Deve haver alguma sabedoria em uma força que responde aos ataques contra ela não com sua oposta, a morte, mas com mais de si mesma que se dissemina/flui entre/atraves de nós.

Nestes termos, tais agências, de caráter vingativo para alguns, representariam certa resposta de Gaia à voracidade predatória humana (Danowski; Viveiros de Castro 2014;



Lovelock 2020; Latour 2020)⁴, portanto seria recursiva, na medida em que seria uma espécie de contra-agência sistêmica ao desequilíbrio que a *natureza natural* é sujeita, já que o desequilíbrio representaria a exacerbação entrópica – senão distópica – de sua capacidade homeostática, sempre limitada e frágil, mas possível diante do equilíbrio tensional de seus conteúdos e formas ecossistêmicas. Daí que os dilemas apontados acima só poderiam ser pensados a partir de múltiplos modos interpretativos, mas seguramente por abordagens multiespecíficas.

As reflexões sobre o tema da construção de paisagens (inter, multi ou transespecíficas) giram em torno da “inclusão” dos existentes no jogo das socialidades mais-do-que-humanas, de maneira a jogarmos bem *com* eles, no sentido que se faz necessário pensá-los como fazendo paisagens conosco de diferentes maneiras, (re)arranjando conteúdos e formas conjuntamente. Mas também é preciso refletir sobre as dimensões relativas à “exclusão”, porque, se dizemos que não-humanos estão apartados, é porque outros humanos também estão, ambos inferiorizados pela “cultura” das sociedades complexas urbano-industriais de feições modernizantes. Não-humanos e “menos”-que-humanos são a outra face perversa da moeda, os excluídos do banquete neoliberal, ou melhor, os incluídos pela devoração, uma vez que eles são o prato hobbesiano, o óleo que move a máquina absurda da deglutição das alteridades. Aqui, co-criação, co-pertença e compartilhamento de mundos e sentidos mediante ecologias plurais se esboroam pela negação das mesmas (humanas, outras-que-humanas), restando o avanço das monoculturas empobrecendo o mundo enquanto enriquecem poucos, posto que se movem junto com a proliferação da monocultura das mentes. Ambas são uma excrescência que precisamos evitar a todo custo, seja como um sopro de utopia ou, simplesmente, por que a vida em-relação vale a pena ser vivida como rítmica das diferenças coligadas, essa dinâmica produtora de paisagens – expressões fenomênico-ontológicas de nossa coexistência planetária.

Os múltiplos e distintos contextos multispecíficos explorados pelas contribuições deste dossiê espalham-se de norte a sul do Brasil e por países vizinhos (Chile e Argentina), analisando

⁴ Embora não empregue a noção de Gaia, em certo sentido é isso – uma vingança da natureza – que sugere Lévi-Strauss (2009) no que se refere à criação escalar de animais e ao consumo enorme e crescente de carne nas sociedades industriais-modernas.



paisagens a partir de diferentes escalas: domésticas, comunitárias, regionais, nacionais e globais. Começamos com os estudos que abordam a convivência entre variados seres nos assim chamados mundos rurais, com um foco especial nas relações entre coletivos humanos e plantas/vegetais, temática cuja importância, ressaltamos, tem crescido vigorosamente no campo antropológico contemporâneo, a ponto de já se falar em uma “virada vegetal” análoga às viradas anteriores, como a ontológica e a animal(ista) (Cabral de Oliveira et al. 2021). Assim, Izadora Acypreste, em seu artigo, visita comunidades tradicionais nas margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais, para mostrar que a vida, ali na *beira do rio*, só pode ser pensada como um compósito de gente (pescadores, vazanteiros e quilombolas), o rio, as plantas, os solos, o gado e o que se denomina regionalmente de *tempo* (que se trata tanto dos fenômenos climáticos quanto das feições históricas). Cada configuração das relações entre os seres produz paisagens ou territórios únicos – *sozinhos*, na terminologia local – que se distinguem do que emerge *lá fora* mediante relações internas de intimidade, cuidado, afeto e conforto. A autora demonstra a riqueza de uma pesquisa entre comunidades tradicionais (especialmente quilombolas) que aborda questões centrais para a luta por direitos dos coletivos – e, em primeiro lugar, pelo direito à terra – a partir de um foco na relações multispécies, algo deslocado, mas complementar, às abordagens clássicas que giram em torno de identidades, territorialidades e lutas políticas que se travam apenas entre grupos humanos, ampliando assim a temática em questão.

Já a reflexão de Lucas da Costa Maciel parte da zarza – uma amoreira silvestre exótica; espécie introduzida pelos europeus e considerada uma praga bastante agressiva – busca pensar o sul do Chile como espaço de confronto entre um mundo multiespecífico do povo Mapuche e as paisagens monoespecíficas das florestas industriais. O autor ilustra como paisagens multispécies constituem pessoas Mapuche, ou ainda, “formas de ser-pessoa e como elas se vinculam a territórios e a seres de diferentes composições”, e conclui que “viver, portanto, é uma questão de multiplicidade”. Lucas nos mostra que a colonização também é multispécie: “a zarza acompanhou o gado, o trigo, o centeio e os colonos”; nesse sentido, segue Alfred Crosby (2002) na discussão do traslado da *biota europeia* – ou seja, um conjunto minimamente coordenado de seres – como parcela fundamental nos processos de conquista e da tentativa de produção mimética de paisagens europeias, fundado naquilo que chamou de imperialismo ecológico. Talvez, assim, sejamos forçados a pensar não o sucesso da monocultura, ou de uma espécie, em si mesma (seja cana-de-açúcar, café, cacau, soja ou outras), mas de um *particular*



pacote multispecífico de origem colonial-europeia, que deu certo sob certo sentido, o que confirma a ideia de que sozinho ninguém prospera, e mesmo os “inimigos” precisam de uma equipe multispecífica para prosperar noutros nichos espaciais. Ainda que se trate da “paisagem monocromática e monotemática das florestas industriais”, ela é, também, multispecie. Assim, mesmo os seres outros-que-humanos sofrem a violência colonial promovida pelos coletivos humanos: a *zarza*, o *pinus* e outras plantas estrangeiras podem ser demonizados por serem exóticos e associados ao colonialismo, ao neoliberalismo humanos, mas podem ser também, a seu modo, vítimas desses mesmos processos (uma discussão que ecoa, igualmente, na questão dos animais de criatório, por exemplo, vítimas de seu sucesso como espécies).

A crítica da monocultura/monoespecificidade segue no trabalho de Romina Craveiro, que nos conduz à pequenas propriedades agroecológicas cercadas por enormes fazendas de soja, milho e trigo na região pampeana da província de Córdoba, na Argentina. Romina discute os “modos de fazer e as relações multiespécies produzidas pela agroecologia”, envolvendo uma série de procedimentos por meio dos quais, ao invés de combaterem a diversidade biológica dos lugares de modo a forçar a introdução e o sucesso de uma única cultura, “os agricultores concebem formas de coproduzir alimentos com outras espécies e entidades não humanas”. Estamos diante de uma modalidade de agricultura cooperativa multispecífica, ilustrada pelos entusiastas da agroecologia na região, que busca virar a chave do extermínio de outras espécies (ditas invasoras ou daninhas) na direção do respeito pela sua autonomia, seus ciclos produtivos e seus espaços vitais – chega a ser comovente a história da descoberta da primeira minhoca no contexto de regeneração edáfica, este ser aparentemente tão banal, nas terras da ecogranja Sol y Luna! Ademais, a autora mostra como uma mudança na gestão das relações interespécies nas paisagens também gera efeitos intraespécies, as relações humanas alterando-se quando se alteram os modos de se relacionar com outras espécies, revelando o dinamismo da pequena propriedade.

Dois artigos desse dossiê abordam as percepções da paisagem por sociedades indígenas no Brasil. Uma “constituição multiespecífica das cidades” é discutida por Bruno Santos em seu estudo sobre a visão que têm os Mbyá-Guarani de São Paulo, uma das maiores metrópoles do planeta, “da *sujeira* que caracteriza a cidade e as criaturas que nela vivem – principalmente, os ratos”. O autor, assim, nos convida a compreender certas paisagens multiespécies habitadas por criaturas geralmente consideradas sujas, incômodas e indesejadas, como os ratos, que, a seu modo, também fazem as cidades (Gade 1999); como diz Bruno, “a questão (...) é compreender



o que são, o que podem e o que fazem ratos para os Guarani-Mbya, bem como atentar para as implicações” do “florescimento com criaturas estranhas” em zonas de contato à primeira vista insólitas, como indígenas num cenário urbano em que convivem tanto roedores nativos como espécies exóticas. O trabalho também toca outros temas importantes para a debate em torno das convivalidades multiespécies, como a questão das zoonoses e dos múltiplos modos de pensá-las em uma abordagem multispecífica, incluindo a relação entre animais, doenças e alimentos, e os esforços dos Mbyá-Guarani por conservar as matas e o que se designa por “natureza”, ainda que nas margens de uma megametrópole brasileira.

Passando do Sudeste do país para a Amazônia, e da cidade para a floresta, Fernanda Moreira e Rosamaria Loures nos trazem, em seu texto, “as reflexões Munduruku sobre desequilíbrios cósmicos, destruição de ecossistemas e genocídios de humanos e de outros seres com o advento dessa nova época geológica na história profunda do planeta”. As autoras estão particularmente interessadas nas lutas dos povos indígenas e tradicionais contra os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos em paisagens humanas e outras-que-humanas que conformam os territórios habitados por estas comunidades, e igualmente ocupados por muitos seres de diferentes naturezas ontológicas, às vezes mesmo artefatos, como as urnas funerárias, que não são, como mostra o artigo, meros artefatos.

As autoras olham, por exemplo, para as lutas contra a instalação da monocultura e a destruição da diversidade social e ambiental, e a árdua tarefa em favor da manutenção de “paisagens multiespecíficas” – ainda que, como dissemos acima, as monoculturas sejam também paisagens multiespecífica a seu modo. Não obstante, “o mundo está descalibrado”, e são os Munduruku, afinal, que o sustentam, assim como afirmam outros povos (como os Guarani e os Yanomami, por exemplo), e por esta razão é imperativo que sejam ouvidos. É notável que “as profecias xamânicas de Davi Kopenawa (Kopenawa; Albert 2015) – e, aqui, devemos acrescentar, o que vêm dizendo também os Munduruku, outros povos indígenas e, alcançando um público significativo, também o intelectual Ailton Krenak (2019 e 2020) – tenham um paralelo surpreendente com as teorias da crise climática e do Antropoceno, ainda que tal possa ser, em parte, efeito de um certo ajuste nos discursos (Albert 1995); estas conexões nos ajudam a ampliar a experiência de pensamento sobre a “intrusão de Gaia”, pois compor com Gaia implica juntar-se aos muitos seres outros-que-humanos na sua autodefesa contra o avanço inescrupuloso dos Modernos.



Retornemos à Argentina, mais precisamente à Terra do Fogo, extremo meridional do continente americano. Ali, Luisa Fanaro investiga os chamados “cães “ferais”, ou “selvagens”, e seu papel ativo na “construção, alteração e coconstituição de paisagens”; para isso, faz uso de estudos de caso também em outros países, como Brasil e Chile, em que cachorros ferais são um problema, mas também através da análise de uma complexa classificação dos cachorros nesta zona “do fim do mundo” na qual coabitam pets, cães pastores e animais empregados na indústria do turismo. Em geral, nossas análises da construção, da percepção ou da fruição de paisagens multispécies focalizam apenas aquilo que é incorporado, ou trazido, para dentro dos contextos multiespecíficos, mas a autora nos provoca em seu artigo a pensarmos também naquilo que é excluído, que é posto para fora, eliminado dessas mesmas paisagens devido ao caráter problemático, ou deletério, atribuído a eles. No entanto, esses seres seguem lutando por sua presença e existência, e Luisa, deste modo, nos insta a pensar no que se denomina de “invasão” ou “invasores” como elementos ativos na construção de paisagens, da mesma forma como fazem outros autores e outras autoras deste dossiê. Trata-se, segundo a autora, de observar com atenção o que os animais estão fazendo por sua própria conta, quando se pretende compreender uma paisagem, um território ou uma região.

Os cachorros, esses nossos formidáveis companheiros (ou às vezes, como mostra o texto de Luisa Fanaro que apresentamos logo acima, nossos principais antagonistas), são assunto dos dois artigos seguintes. Renata Cortez Toma concentra-se, em seu trabalho em pet shops de bairros de classe média nas zonas norte e oeste da cidade de São Paulo. A autora aborda as relações entre cachorros de estimação e humanos e, “com base na reciprocidade e no afeto, as relações com cães são analisadas enquanto relações sociais e em termos de parentesco”, buscando evidenciar como esta sociabilidade interespecífica produz “cães de estimação enquanto sujeitos” e torna inescapáveis as negociações das fronteiras entre animalidade e humanidade nos cenários urbanos. Na esteira do artigo pioneiro de Don Kulick (2009), Renata Toma argumenta de que maneiras cenários multispécies – incluindo aqueles de escala reduzida, como residências e estabelecimentos comerciais urbanos – podem servir para repensar distinções clássicas como natureza/cultura, sujeito/objeto, humano/não humano, argumentando fortemente pela co-constituição dos seres sempre a partir da suas relações com outros.

Na sequência, por meio do estudo das “representações sociais sobre as raças caninas”, Lucas Figueiró faz explodir a diversidade dos espaços urbanas ao apelar para contextos



povoados não apenas por espécies, mas igualmente por raças e seus complexos critérios de definição e validação: para além, então, de paisagens multispécies, as cidades constituem paisagens “multiraciais” no que toca aos seres não humanos⁵. Investigando os modos através dos quais a Federação Cinológica Internacional (FCI) e a Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) apresentam “as origens do conjunto de características consideradas típicas e ideais para as raças caninas”, o artigo traz questões relevantes sobre o universo cinofílico e sua perspectiva de modelagem racial de cães de companhia no contexto gaúcho. A proposta de situar no tempo o processo de melhoramento/transformação histórico-social dos cães – numa duração, portanto –, de maneira a constituir paisagens multispécies, é tomada como central no seu argumento. Com isso, o autor aponta para a necessidade de complexificar os processos de emergência dos entrelaçamentos multispecíficos que conformam paisagens urbanas, tendo como base suas complexas temporalidades e diversidades internas – fazendo eco, de certo modo, à críticas correntes ao conceito de “espécie”⁶ e, assim sendo, à própria ideia de fenômenos “multispécies”.

Dos cães aos cavalos, da cinofilia para a hipoterapia – o texto seguinte, escrito por Ítalo Cassimiro Costa, toma a hipoterapia, ou os centros de hipoterapia (terapia assistida por cavalos) localizados em Minas Gerais, como “paisagens multiespecíficas”, nas quais coexistem terapeutas, cavalos, praticantes, pacientes, trabalhadores, familiares, equipamentos de montaria e tantos outros seres. Ao conectar todos os seres em interção em um sítio específico, numa escala ainda menor do que a empregada por Renata Toma, Ítalo faz jus às palavras de Donna Haraway (2003: 3, tradução nossa): “[n]ão existem sujeitos e objetos pré-constituídos e nenhuma fonte simples, atores unitários ou extremidades finais”. Tendo esta sugestão como baliza, o autor trabalha com a noção deleuziana de devir, sugerindo um *devir-terapeuta* do cavalo que permite agenciamentos na direção de vinculações intra e interespecíficas cujo foco é a manutenção da saúde humana. Com isso, o artigo levanta a bandeira da necessária reflexão sobre os temas da saúde e da doença (humanas) em contextos multispécies – algo ainda mais urgente no contexto pandêmico em que este dossiê foi produzido, sob a sombra das interações viscerais entre a humanidade e um poderoso actante não humano chamado coronavírus.

⁵ Que talvez pudéssemos chamar de “multirraceadas”, de modo a evitar confusões.

⁶ Aqui apenas fazemos referência as inquietações colocadas pela colega Andréa Osório sobre o tema em diferentes momentos dos debates travados por nós. A noção de espécie e seu caráter classificatório/operatório merecerá a devida atenção – e estudo – por ambos os autores e a referida colega em momento oportuno.



Vê-se, com isso, que paisagens multispécies não são, necessariamente, espaços de convivência harmônica, mas igualmente de contestação, conflito e morte. Ainda que relativamente poucas abordagens antropológicas das relações entre humanos e outros-que-humanos tenham se dedicado à relações agonísticas entre uns e outros (Knight 2000) – talvez fruto de uma certa ênfase exagerada nos afetos transespecíficos positivos, como “cuidado”, “amor” e “parentesco” (Smith 2020) – o estudo, aqui publicado, de Rayana do Nascimento e Ana Cláudia Rodrigues demonstra admiravelmente a proficuidade de se olhar para os embates, ainda que se trate, ao fim e ao cabo, de formas de convivência. Com efeito, as duas autoras propõem olhar para as paisagens multiespécies das praias do litoral de Pernambuco e o problema do *coabitar* esses locais, tendo em vista um histórico problemático de encontros (que denominam de *incidentes*) entre banhistas e tubarões. Para além disso, o artigo aposta em como os estudos antropológicos das relações entre humanos e animais podem se enriquecer ao se incluir, nas análises, “suas interseccionalidades com gênero, classe social, raça e geração”. Desta forma, há toda uma variação interna ao pólo da humanidade (e não só no da animalidade, como normalmente se pensa) que vale a pena explorar: as autoras investigam, sobretudo, o fato de apenas uma expressiva minoria dos incidentes com tubarões na costa pernambucana envolver mulheres. E complementam: “ao afirmar dimensões culturais dos comportamentos, percebemos que isso tem um efeito prático na realidade das relações entre humanos e animais”.

Também na beira do mar Sarah Moreno investiga as múltiplas presenças humanas e não humanas no Porto de Santos, o maior do Brasil, localizado no litoral do estado de São Paulo. Por meio de duas noções relacionadas – *paisagem portuária*, cunhada a partir do conceito ingoldiano de *taskscape*, e *ecologia do porto*, que sugere que o local é feito de multidão de seres em interação e uma combinação própria de categorias de animais agrupados sob a ideia de *fauna sinatrópica nociva* (que agrega uma série de categorias geralmente separadas em outros contextos, como animais vetores, peçonhentos e domésticos, entre outros) – Sarah mostra, por meio da etnografia, que o porto é feito de muitos sujeitos, que só fazem sentido quando analisados conjuntamente.

De fato, enquanto a autora tentou singularizar os pombos, procurar só por eles, olhar apenas para eles, não logrou vê-los; é apenas no momento em que dirige seu olhar para outros seres humanos e não humanos, animados e inanimados – grãos, funcionários, detritos, montes de açúcar, telhados, detalhes arquitetônicos e mesmo documentos sobre a história de Santos – que por ali transitam é que as aves finalmente se revelam, evidenciando algo como a presença



na ausência. Tem-se, aqui, um excelente argumento de natureza metodológica, além da confirmação de que não existe uma única ecologia urbana: cidades são lugares compostos, com muitos pontos distintos e regiões diversas, que albergam conjuntos variáveis de seres outros-que-humanos e paisagens multispécies. De forma similar, animais que, para a zoologia científica, pertencem à mesma espécie, aparecem como seres absolutamente distintos quando se revelam em contextos variados e são percebidos e avaliados por modalidades de classificação (nativas, populares, indígenas e outras) que não se deixam circunscrever pelo conhecimento acadêmico.

Por fim, fechando esta significativa coleção de estudos antropológicos sobre paisagens multispécies, encontramos o ensaio de Yan Chaparro e Leandro Mesa. O artigo, com forte tom crítico e de manifesto, tem como personagens centrais os Terranos, termo que Bruno Latour emprega em oposição aos Modernos, como signos do desenvolvimentismo e de uma forma de habitar o planeta, que o estão destruindo em ritmo acelerado. O Terrano, dizem, é “tudo aquilo que não é o Humano produzido pela modernidade, o grande projeto que traz uma noção de Humano que só pensa em si, deixando de lado todas as outras dimensões e todos os outros vivos que tecem e compõem a Terra”. Baseados em uma proposta de pesquisa, ainda inicial, de se pensar os trágicos embates entre Terranos e Modernos em uma zona periférica (mas que é central na produção de *commodities* pelo agronegócio, ou no turismo ecológico, e, por isso, não menos violentamente explorada e globalizada) do capitalismo global – o Mato Grosso do Sul, região da “inércia, surdez e do cinismo” característicos do agronegócio nacional – o texto ilumina o inadiável combate contra o fim iminente do mundo trazido pelo Humano moderno, ao mesmo tempo convocando todas e todos, humanos e não humanos, para esta luta. Há de se explodir a centralidade do Humano, esse produto perverso da modernidade que oferece ao mundo apenas suas máquinas de destruição e extinção em massa, e evocar, para o centro do palco, o Terrano – e, talvez, re-situar o humano com humilde inicial minúscula, companheiro milenar de muitos e muitos outros seres não humanos, mais-que-humanos ou outros-que-humanos – quilombolas, plantas, rios, minhocas, indígenas, potes de cerâmica, ratos, cães, cavalos, praias, pombos e outros – que, juntos, têm Gaia como morada e amiga, e não como recurso e feroz antagonista.



Antes de concluir, há de se notar, de passagem, a centralidade de dois autores nas reflexões mobilizadas pelos artigos deste dossiê: Tim Ingold e Anna Tsing. Evidentemente, nem passa perto de nós descartar a importância dessas duas obras para a retomada contemporânea das reflexões sobre paisagens multispecíficas. Contudo, gostaríamos de deixar registrado que muito(s) outro(a)s autores e autoras pensaram paisagens mais-que-humanas antes, e muitos e muitas mais, inclusive nas ciências sociais brasileiras, seguem pensando-as hoje em dia, de maneiras originais, criativas, potentes, múltiplas e francamente politizadas (Bateson 1986, 1990, 1996, 2000; Cronon 1983, 1991; Balée 1999, e outros; alguns estudos mais recentes incluem Raffles 2002; Kawa 2016, entre outros⁷). As jovens autoras e jovens autores deste dossiê igualmente o ilustram – e, humildemente, nos incluiríamos nesta referência. Mas uma obra, infelizmente pouco a pouco cada vez mais ignorada, constitui evidência adicional de uma precoce e duradoura reflexão sistemática sobre a inextricável constituição mútua de seres humanos e não-humanos, animados e inanimados: o pensamento do grande Claude Lévi-Strauss, cujo alerta para a necessidade da antropologia perceber a centralidade do profundo enraizamento da mente humana no mundo – na geografia, no solo, nos fenômenos climáticos, nas plantas e nos animais, e em nos humanos-outros – nos joga no colo o dever de revisar o que se acostumou, de maneira preguiçosa, a definir como o logocentrismo do autor. O pensamento humano sem a multiplicidade do mundo não é nada, sua existência sequer possível. Não nos parece fortuito que, no final de sua longa vida, pouco antes de nos deixar, Lévi-Strauss também já atentava para as questões cruciais colocadas pelo Antropoceno e pela devoração capitalista-predatória do planeta como recurso. Em seu retorno, bastante pessimista, à reflexão sobre as relações entre a humanidade e os seres não-humanos (2009), declarou que a violência contra a natureza é uma violência contra nós mesmos. Não nos resta saída, portanto, se não habitar, e fazer florescer, paisagens multispecíficas como um devir comum de existências diversas.

Referências

- ALBERT, Bruce. 1995. “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza”. *Série Antropologia* 174, Brasília, DAN/Universidade de Brasília.
- BALÉE, William. 1999. *Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. New York, Columbia University Press.
- BALÉE, William. 2013. *Cultural forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and*

⁷ Há relevante bibliografia francesa sobre o tema das paisagens que menciona a questão das relações entre humanos e não humanos por outros caminhos, entre eles destacamos Augustin Berque (2000; 2009) e Sansot (1983; 1989).



- Their Landscapes*. Tuscaloosa, The University of Alabama Press.
- BARAD, Karen. 2007. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham, Duke University Press.
- BATESON, Gregory. 1986. *Mente e Natureza. A Unidade Necessária*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BATESON, Gregory. 1990. “Os homens são como planta. A metáfora e o universo do processo mental”. In: THOMPSON, William (org.). *Gaia uma teoria do conhecimento*. São Paulo, Gaia, 1990, p. 35-44.
- BATESON, Gregory. 1996. *Une unité sacrée. Quelques pas de plus vers une écologie de l'esprit*. Paris, Seuil.
- BATESON, Gregory. 2000[1972]. *Steps to an ecology of mind*. Chicago, University of Chicago Press.
- BERQUE, Augustin. 2000. *Médiance de milieux en paysage*. Paris, Éditions Belin.
- BERQUE, Augustin. 2009. *El pensamiento paisajero*. Madrid, Biblioteca Nueva.
- CABRAL DE OLIVEIRA, Joana; AMOROSO, Marta; MORIM DE LIMA, Ana Gabriela; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (orgs.). *Vozes vegetais: diversidade, resistência e histórias da floresta*. São Paulo, Ubu.
- CRONON, William. 1983. *Changes in the Land: Indians, Colonists, and the Ecology of New England*. New York, Hill & Wang.
- CRONON, William. 1991. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York, W. W. Norton.
- CROSBY, Alfred. 2002. *Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo/Florianópolis, ISA/Cultura e Barbárie.
- DESCOLA, Philippe. 2010. *Diversité des natures, diversité des cultures*. Paris, Bayard Éditions.
- DESCOLA, Philippe. 2011. *L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature*. Versailles, Éditions Quae.
- DE LA CADENA, Marisol. 2015. *Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds*. Durham, Duke University Press.
- FUENTES, Agustín. 2010. “Naturalcultural encounters in Bali: monkeys, temples, tourists, and ethnoprimateology”. *Cultural Anthropology*, Arlington, 25(4): 600-624.
- GADE, Daniel. 1999. “Guayaquil as Rat City”. In: GADE, Daniel (org.). *Nature and culture in the Andes*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 157-183.
- HARAWAY, Donna. 2003. *The companion species manifesto*. Chicago, Prickly Paradigm Press.
- HARAWAY, Donna. 2008. *When species meet*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the environment. Essays livelihood, dwelling and skill*. Londres, Routledge.
- KAWA, Nicholas. 2016. *Amazonia in the Anthropocene: people, soils, plants, forests*. Austin, University of Texas Press.
- KNIGHT, John (org.). 2000. *Natural enemies: people-wildlife conflicts in anthropological perspective*. London, Routledge.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2020. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KULICK, Don. 2009. “Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies”. *Mana*, Rio de Janeiro, 15(2): 481-508.



- LATOURE, Bruno. 2020. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo, Ubu Editora.
- LOVELOCK, James. 2011. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa, Edições 70.
- LOVELOCK, James. 2020. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro, Intrínseca.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2009. “A lição de sabedoria das vacas loucas”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 23(67): 211-216.
- LUNIAK, Maciej. 2004. “Synurbization—adaptation of animal wildlife to urban development”. In: SHAW, W.W.; HARRIS, K.L.; VANDRUFF, L. (orgs.). *Proceedings of the 4th International Symposium on Urban Wildlife Conservation, Tucson, Ariz., 1–5 May 1999*. Tucson, School of Natural Resources/College of Agriculture and Life Sciences, University of Arizona, p. 50–55.
- MARGULIS, Lynn. 1999. *Symbiotic planet: a new look at evolution*. New York, Basic Books.
- RAFFLES, Hugh. 2002. In *Amazonia: a natural history*. Princeton, Princeton University Press.
- SANSOT, Pierre. 1983. *Variations paysagères*. Paris, Klincksieck.
- SANSOT, Pierre. 1989. “Pour une esthétique des paysages ordinaires ». *Ethnologie Française*, Paris, 3(19): 239-243.
- SHIVA, Vandana. 2003. *Monoculturas da mente*. São Paulo, Gaia.
- SILVEIRA, Flávio Leonel A. da. 2016. “As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não-humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica”. *Iluminuras*, Porto Alegre, 42(17): 288-315.
- SILVEIRA, Flávio Leonel A. da. 2020. “Sobre homens, botos e peixes: dimensões poético-imaginárias de uma Ecoantropologia urbana de coletivos humanimais no sul do Brasil”. *Antropológicas*, Recife, 31(1): 7-36.
- SMITH, Will. 2020. “Beyond loving nature: affective conservation and human-pig violence in the Philippines”. *Ethnos*, DOI: [10.1080/00141844.2020.1828970](https://doi.org/10.1080/00141844.2020.1828970).
- SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. 2013. “O que pode um prion? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos”. *Antropológicas*, Recife, 24(1): 125-143.
- TSING, Anna. 2015. “Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha*, Florianópolis, 1(17): 177-201.
- VANDER VELDEN, Felipe. 2016. “Como se faz um cachorro caçador entre os karitiana (Rondônia)”. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, 2(11): 25-35.
- WALLACE, Robert. 2020. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo, Editora Elefante.